

Tem história e responsáveis a crise da Região Demarcada do Douro

Num momento em que a Região Demarcada do Douro e sua população vivem uma crise aguda, convém respigar alguns dos aspectos do processo que levou a essa mesma crise e que a agrava. Assim:

Foi sobretudo a partir de 1995, com a alteração do Estatuto (Entidade Pública) da Casa do Douro - a histórica conquista da Lavoura Duriense - que se iniciou o processo institucional de esvaziamento progressivo da Instituição. Processo que foi pensado e executado a partir da acção de PS, PSD e CDS/PP através da Assembleia da República, através dos vários Governos, contando também com a passividade (para lhe não chamar outra coisa...) dos principais directores da própria Casa do Douro.

A dada altura, o então Primeiro Ministro Durão Barroso (PSD) veio ao Douro fazer pomposas declarações e outras tantas promessas que não cumpriu. Acolhido com muitos abraços pela direcção da Casa do Douro, até foi presenteado com uma miniatura de uma Pipa de Vinho Generoso/Porto, lembram-se? Que resultado? Pois, nenhum resultado em concreto e antes pelo contrário tendo em vista os interesses da Lavoura Duriense.

O ex Ministro (PS) da Agricultura, Jaime Silva, irritava-se muito ao abordar a situação da Casa do Douro. Chegou a afirmar – eu sou testemunha directa disso – que a Casa do Douro, tal como é, devia acabar.

Vários Governos e respectivas maiorias partidárias na Assembleia da República não tiveram vontade política (antes pelo contrário) para garantir um justo saneamento financeiro da Casa do Douro bem como para proceder à devolução dos seus poderes públicos, condições básicas para promover um maior equilíbrio de interesses entre a produção e o comércio de Vinhos do Douro e Porto.

Hoje, a Casa do Douro está paralisada, espoliada que tem sido dos seus poderes públicos e do seu património. Também não se sabe de que estão à espera os seus principais directores para virem para a rua protestar mobilizando fortemente os Vitivinicultores. Estarão à espera que as Finanças ou os Tribunais venham selar as portas da Instituição ?...

Entretanto, as Exportadoras do Vinho do Porto e outras grandes empresas do Douro, mandam no sistema e impõem, à vontade, os seus interesses: - aumento “selvagem”, e sempre privilegiado pelo poder político dominante, da capacidade produtiva e de comercialização das maiores empresas; redução progressiva do Benefício (quantidade de vinho do Douro que cada Lavrador ou empresa pode anualmente transformar em Vinho Fino ou Generoso - Porto); baixas dos preços à Produção dos Vinhos do Douro e do Generoso - Porto; campanhas de promoção do Porto muito viradas para os interesses directos das principais empresas/exportadoras.

O IVDP, Instituto do Vinho do Douro e Porto, e o respectivo Conselho Interprofissional acabam por pender para o lado do grande comércio e das Exportadoras do Porto, como aconteceu na votação recente onde foi decidida nova redução do Benefício, no caso em 25 mil pipas (cada pipa são 550 litros de Generoso/Porto). Saliente-se que o cargo de Presidente do IVDP é cargo de nomeação política...

Anterior Governo PS surripiou mais de 8 milhões de Euros ao IVDP e à Região

O anterior governo PS veio surripiar mais de 8 milhões de Euros dos cofres do IVDP contra a opinião do próprio Presidente do IVDP e, claro, da Região Demarcada. Com esses 8 milhões de Euros surripiados à Região, o IVDP – ou o Governo – poderiam ter feito uma “intervenção” no Douro, comprando à Produção umas 8 mil pipas de Generoso/Porto, invocando uma situação de crise por causa dos excedentes de vinhos que “encharcaram” o Douro.

Por outro lado, há grande permissividade (para não lhe chamarmos outra coisa...) dos organismos públicos, a começar pelo IVDP, perante atropelos de que toda a gente fala. Fala-se à boca cheia de rega ilegal de vinhas e de fuga à “Lei do Terço”, o que mexe com as quantidades de Vinho do Douro e Porto lançadas no comércio/consumo e com a qualidade do produto. Fala-se da “bagunça” (falta de controlo) em que se encontra o comércio de aguardentes e sabe-se que num litro de Porto quase um quarto é de aguardente. Fala-se da entrada irregular na Região de mostos e de Vinhos, entrada vinda de fora da Região sobretudo através da importação, sendo que grandes quantidades de Vinhos são depois engarrafadas com a designação “vinho engarrafado no Douro” o que induz em erro o consumidor menos atento ou menos informado.

Há empresas grandes e há empresas mais pequenas no Douro mas são as maiores que impõem a sua lei que se aproxima da lei da selva ou de uma espécie de caos “organizado”. No meio de tudo isto, os pequenos e médios Vitivinicultores são cada vez mais explorados e encontram-se em desespero.

Agora, algumas estruturas regionais, onde pontificam conhecidos membros do PS, estão a vir a público pronunciar-se sobre a crise no Douro.

Ainda bem que o fazem mas pena é que só agora o estejam a fazer.

De facto, a crise não é “só” de hoje e, lembre-se, o PS foi governo durante 12 dos últimos 16 anos...

Ao mesmo tempo, o actual Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural apressou-se a responsabilizar os governos PS pela situação. Todavia que não se esqueça que agora “ele” é que é Governo e tem poderes para começar a resolver aspectos agudos da crise. Aliás, a Ministra da Agricultura já afirmou publicamente que o Douro é uma das suas prioridades governativas.

Vamos então a ver, preto no branco, como é de facto. Vamos lá a ver se acaba depressa este “ping-pong” estéril de acusações entre governantes de hoje e governantes de ontem. Acontece que o Douro não pode esperar muito mais tempo...

Há propostas para se começar a sair da crise

A Região Demarcada do Douro e a Vitivinicultura são de uma enorme complexidade económica e social. Há interesses contraditórios se não antagónicos. Também por isso, não é fácil encontrar os melhores caminhos, a cada momento.

Mas há Organizações da Lavoura – AVIDOURO e CNA – que, sistematicamente, estão a assinalar os problemas e a propor soluções há mais de 2 anos.

É urgente que o Governo as ouça com ouvidos de ouvir e as respeite dando seguimentos concretos ao “Plano de Emergência para o Douro” e a outras medidas que a Lavoura Duriense está justamente a reclamar.

Antes que as coisas se compliquem ainda mais com graves consequências sociais em toda a Região Demarcada do Douro. Antes que esta região, por colapso, deixe de ser “a mais velha região demarcada do Mundo”...

A terminar, reproduzo uma afirmação da AVIDOURO, carregada de simbolismo:- “ Não nos servirá de consolo termos o Alto Douro Vinhateiro como Património Mundial se aqui avançar a fome e daqui se exportar miséria”.

Pois também compete aos Durienses dar resposta a tudo isto. Não, não é fatal a ruína da Lavoura Duriense. São “simplesmente” necessárias outras e melhores políticas agrícolas e de mercados. Assim haja vontade política dos Governantes. Assim as saibamos conquistar !

12 Agosto 2011

João Dinis